



VIII Encontro de Iniciação Científica e Tecnológica

VIII ENICT

ISSN: 2526-6772

IFSP – Câmpus Araraquara

19 e 20 de outubro de 2023



## O VOTO DAS MULHERES SOB OLHARES FEMININOS: A REPRESENTAÇÃO DO SUFRÁGIO NA REVISTA FEMININA (1910-1932)

STEFANNY DINIZ BELLOTI<sup>1</sup>, FLÁVIA PRETO DE GODOY OLIVEIRA<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Estudante do curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio, Bolsista PIBIFSP, IFSP, Câmpus Jacareí, hemlock.hele@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em História Social, professora do IFSP, Câmpus Jacareí, flavia.godoy@ifsp.edu.br

**Área de conhecimento** (Tabela CNPq): 7.05.05.03-9 História do Brasil República

**RESUMO:** A presente pesquisa tem como objetivo apresentar os resultados parciais obtidos em uma pesquisa de iniciação científica a respeito dos debates e das concepções presentes em periódicos sobre o sufrágio feminino no início do século XX. Por meio da análise da *Revista Feminina*, procurou-se compreender as ideias defendidas pelo periódico acerca do feminismo e do voto feminino, os tipos de argumentos utilizados e qual a importância dessas discussões até os dias atuais. O período delimitado corresponde aos anos de 1910 até 1932, momento anterior à conquista do voto, quando houve a efervescência das discussões ligadas ao movimento sufragista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil Republicano; História das Mulheres; Imprensa; Sufragismo.

### INTRODUÇÃO

Atualmente, cerca de 52% dos possíveis eleitores no Brasil são mulheres, não há restrições em relação ao sufrágio feminino. No entanto, a representatividade feminina nos poderes executivo e legislativo brasileiros ainda é baixa. Segundo relatório da União Interparlamentar, organização internacional dos Parlamentos soberanos, em 2023, o Brasil ocupava apenas a 129ª posição em representatividade feminina em seus parlamentos, com menos de 18% dos assentos eletivos ocupados por mulheres (IPU, 2023). Entender como esse cenário foi formado e a importância que o voto feminino representa nos leva a retomar a história da mulher e de suas conquistas em relação aos direitos políticos.

Portanto, nossa pesquisa, ainda em andamento, tem como objetivo investigar como se deu o processo de lutas em torno do sufrágio feminino, por meios dos artigos e das publicações realizadas pela *Revista Feminina*, periódico mensal voltado para mulheres. Examinamos os principais conceitos ligados ao voto feminino, quais foram os meios utilizados para que as sufragistas pudessem ser ouvidas e como se formou a representação da mulher e do movimento feminista no Brasil durante o início do século XX.

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A participação política assumiu diferentes aspectos ao longo da história, de forma geral restringindo o acesso de determinados agentes sociais. A política contemporânea, cuja participação se dá de forma representativa por meio de eleições, nem sempre foi marcada pela universalidade de acesso. Mulheres, em boa parte do Ocidente, não votavam até o século passado. A exclusão feminina dos espaços da política pode

ser vista como um evento de longa duração, desde a Antiguidade o poder da palavra e da participação na vida pública eram negados à parcela feminina da população (Beard, 2018).

No Brasil, as discussões acerca do voto feminino surgiram no final do século XIX, durante uma série de debates relativos à Constituição de 1891. Embora a presença da temática em uma Assembleia Constituinte assumisse um caráter bastante inovador quando comparado ao restante do Ocidente, os pronunciamentos dos deputados evidenciaram visões preconceituosas e depreciativas sobre a capacidade da mulher no envolvimento político (Karawejczyk, 2011).

Somente na década de 1910, sob a influência daquilo que ocorria na Europa e nos Estados Unidos, as reivindicações sufragistas ganharam novamente espaço no Brasil. Nesse momento, foi fundado, por Leolinda Daltro, o Partido Republicano Feminino (Alves e Pitanguy, 1985), passando a existir um movimento organizado em prol do voto feminino (Pinto, 2003). Também é nesta década que foram propostos os primeiros projetos legislativos visando o sufrágio feminino. Nos anos 1920, o movimento sufragista no Brasil ganhou novos contornos com a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) por Bertha Lutz, em 1922.

Sendo uma parte importante nos debates sobre o sufrágio feminino, a imprensa teve um papel significativo ao construir representações acerca das mulheres e a possibilidade de sua participação política. Durante o período de efervescência do movimento sufragista no Brasil, o voto feminino foi rechaçado por muitos que justificavam a negativa do direito à falta de racionalidade da mulher, à disposição biológica para o sentimentalismo e até mesmo a uma possível subversão da ordem comum da sociedade que poderia ser provocada caso as mulheres votassem. Além disso, conforme pontua Mônica Karawejczyk (2014, p. 74), na década de 1910, os movimentos sufragistas no exterior foram cobertos pela mídia brasileira como forma de evidenciar exemplos que não deveriam ser seguidos, sendo que o impacto negativo de tais representações não pode ser descartado na construção de um discurso sobre o papel das mulheres na vida pública.

Diante de tal cenário, líderes do movimento como Bertha Lutz utilizaram de entrevistas, da publicidade de suas ações e de *press release* (comunicado à imprensa) como táticas para influenciar autoridades políticas e a opinião pública culta (Hahner, 1981). A *Revista Feminina* não estava fora desse espaço de luta, e é por meio da análise desse periódico que essa pesquisa visa identificar alguns dos principais argumentos utilizados, pessoas vinculadas, quais eram suas publicações e qual o papel desse veículo na luta pelo sufrágio feminino, buscando compreender como o periódico colaborou na construção de uma representação acerca das temáticas investigadas (Chartier, 1991).

## METODOLOGIA

Fundada em 1915 por Virgilina de Souza Salles, mulher letrada da elite paulista, a *Revista Feminina* foi criada para ser uma publicação voltada exclusivamente para os interesses femininos. A escolha desse periódico explica-se por ser uma publicação feita (embora haja contribuidores homens) por mulheres e para mulheres que teve um amplo alcance, chegando a 25 mil exemplares em meados da década de 1920.

Inicialmente, realizamos uma prospecção (pesquisa quantitativa), na qual foram analisadas as edições dos anos de 1910 até 1932, período que compreende as duas décadas anteriores à conquista do voto feminino no Brasil. Por meio da consulta à base de dados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional foram pesquisadas as expressões “Voto Feminino” e “Sufrágio Feminino”, sendo possível observar os seguintes resultados:

TABELA 1. Resultados obtidos a partir da prospecção da *Revista Feminina*.

<b>Termo Pesquisado</b>	<b>Quantidade de Excertos Obtidos</b>
Voto Feminino	18
Sufrágio Feminino	11

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Após essa varredura inicial, foram realizadas análises detalhadas (de forma qualitativa) de cada um dos artigos em que os termos estavam presentes, buscando entender os recursos argumentativos em favor do voto feminino, quais eram os posicionamentos da revista acerca do feminismo e do próprio sufrágio e quais os ideais defendidos por ela, além de seu público alvo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o desenvolvimento da pesquisa, pode-se observar o papel importante que as mídias impressas possuíram durante os debates acerca do sufrágio feminino. Como citado anteriormente, em um contexto no qual o voto feminino era constantemente associado a termos, perspectivas e expressões depreciativas, feministas nacionais e internacionais tiveram de tomar uma série de medidas para serem ouvidas, seja por meio dos jornais, de publicidades, entre outros. Sendo assim, por mais que o movimento feminista não possa ser considerado homogêneo em termos de lutas e objetivos, a participação na vida pública e política foi e é algo constantemente defendido e discutido por mulheres de várias etnias, classes sociais e raças.

Presente nessas discussões, a *Revista Feminina*, cuja temática central eram assuntos relacionados à mulher, encontramos quatro tipos principais de artigos e argumentos que versavam sobre o voto feminino. O primeiro constituía uma tentativa de desconstruir os argumentos formulados pelos opositores, sendo um dos principais o de que a constituição não considerava as mulheres como cidadãs e, portanto, não poderiam votar. Por exemplo, em um artigo de 1917 (Edição 0039), argumenta-se que, segundo a Constituição de 1891, apenas cidadãos poderiam votar, e eram cidadãos aqueles nascidos no Brasil, maiores de 21 anos. A autora, após reforçar o quão sério e rígido é um documento de valor federal e evidenciar que em nenhum momento as mulheres foram excluídas da Carta Magna, expõe o seguinte dilema: ou não existem brasileiras, ou as que existem têm direito a serem eleitoras.

Dando continuidade, o segundo tipo de parecer abordou as conquistas e os congressos feministas, além de evidenciar figuras que eram favoráveis ou contrárias ao voto feminino. Ademais, deu um pequeno destaque para o sufrágio internacional e, por várias vezes, exemplifica países em que o voto feminino foi conquistado. Já a terceira forma de colocação retratava um desdobramento do movimento feminista, o chamado “feminismo cristão”, ideal fortemente defendido e difundido pela revista (e por sua fundadora). É possível notar essa defesa em uma publicação feita em 1919 (Edição 0064), que ressaltava as conquistas do movimento feminista, principalmente por ele se tratar de um feminismo pacífico, sem caráter revolucionário e baseado em uma moral cristã.

Por fim, o quarto ponto abordado pela revista, a permanência dos bons costumes. O tipo de feminismo defendido pela revista se caracterizava por ser, de certo modo, conservador em relação aos papéis da mulher na sociedade. Os direitos femininos não teriam como objetivo a deslegitimação do homem, mas equiparidade com a mulher, buscando a manutenção da família e tendo como base o cristianismo. Em uma publicação realizada em 1920 (Edição 0076), vemos exemplos disso, A. A. Pires de Campos escreve sobre o lugar da mulher não ser acima do seu marido, mas ao seu lado, junto a Deus que reinaria nos lares e famílias.

Como citado antes, Virgilina de Souza Salles se encontrava em uma elite monetária e social e, por conta disso, seguia a linha do feminismo “bem comportado”. Uma das críticas realizadas por Margareth Rago ao reproduzir a fala de Izabel Cerruti (2018, p. 99) em relação a *Revista Feminina* foi de que a mulher deveria lutar para conseguir independência política, o direito de voto e de participação no processo eleitoral. Para as mulheres que não se encontravam em uma classe social elevada, as trabalhadoras e anarquistas, evidentemente, esta proposta não é libertadora, uma vez que restringe a luta por conquistas estritamente políticas e ainda, aceita e justifica a própria moral burguesa.

## CONCLUSÕES

Apesar de ser voltada para as necessidades das mulheres e suas conquistas, a *Revista Feminina* abarcava apenas a demanda de um grupo em específico, sendo contra a reforma total da sociedade em relação aos papéis de gênero. Vale lembrar que as necessidades de mulheres brancas e abastadas não eram as mesmas de mulheres trabalhadoras, pobres e negras, que tiveram mais dificuldade de serem ouvidas e de conquistarem seus direitos.

Desse modo, temos como objetivo a reflexão do papel dos veículos impressos nas conquistas e quebras de paradigmas que circundam a função da mulher nos espaços públicos e políticos. Como salientado antes, o voto feminino não era primeira e única conquista em que as mulheres estiveram envolvidas, já que desde o surgimento do território brasileiro foram responsáveis por transformações sociais, políticas e históricas. O voto feminino e o próprio movimento sufragista, por estarem dentro de uma esfera feminista comportada, tendo como principal liderança a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, tornou-se aceito em certos setores sociais (Hahner, 1981). Entretanto, como foi possível identificar por meio da análise da *Revista Feminina*, existiam certos estereótipos, imagens e circunstâncias vinculados à mulher e a mídia impressa ratificou para que essas representações fossem ainda mais reforçadas. Ao analisarmos a história da mulher na política, podemos perceber que certas resistências em relação a sua participação na vida pública ultrapassam a conquista do voto em 1932, visto que até os dias atuais, o número de mulheres presentes na política nacional é significativamente menor do que a de homens. Não podemos dizer que a imprensa é totalmente responsável pela presença restrita das mulheres na política, contudo, boa parte das discussões levantadas na época teve como principal veículo a mídia impressa.

Ademais, é possível perceber que apesar de muitas dificuldades, as mulheres encontraram meios de serem ouvidas em diferentes contextos e épocas. Por mais que o voto não tenha abarcado todas as necessidades para uma emancipação efetiva da mulher, vemos o reflexo da importância dessa conquista até os dias atuais, abrindo vários caminhos e vertentes diferentes de lutas. As mulheres têm sido responsáveis por transformações essenciais na sociedade, economia e cultura, não estando a política fora delas. Por fim, pretendemos com esse trabalho questionar a atual participação feminina na política e como a busca por uma melhor e maior representatividade nos espaços públicos ainda está em andamento.

## AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Jacareí pela bolsa de iniciação científica e auxílio para a realização da pesquisa. Além disso, também agradecemos a todas as mulheres que lutaram para que um dia, pudéssemos escrever sobre história, política e sobre mulheres.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- A. A. PIRES DE CAMPOS. “**O Superfeminismo**”. *REVISTA FEMININA*, 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=212547&Pesq=%22Voto%20Feminino%22&pagfis=1539>. Acesso em 10 set 2022.
- BEARD, Mary. **Mulheres e Poder Um Manifesto**. São Paulo: Crítica, 2018.
- CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In: **Estudos Avançados**, v. 5, 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/SZqvSMJDBVJTXqNg96xx6dM/?lang=pt> Acesso em 24 set. 2022.
- HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- IPU. Monthly ranking of women in national parliaments. Disponível em: <https://data.ipu.org/women-ranking?month=1&year=2023>. Acesso em 10 set. 2023.
- KARAWEJCZYK, Monica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850 – 1932)**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2013.
- PINTO, Céli R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar**. São Paulo: Paz & Terra, 2018.
- REVISTA FEMININA. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=212547&pagfis=1>. Acesso em 08 nov, 2022.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.